



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. CAPITÃO ALDEN)

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, aprovação de Moção de Repúdio a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Dra. Esther Dweck, por deixar fora do conteúdo programático do edital do Concurso Nacional Unificado a disciplina de Língua Portuguesa para os cargos de nível superior.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, aprovação de Moção de Moção de Repúdio a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Dra. Esther Dweck, por deixar fora do conteúdo programático do edital do Concurso Nacional Unificado a disciplina de Língua Portuguesa para os cargos de nível superior.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo demonstrar repúdio à exclusão da disciplina de Língua Portuguesa do conteúdo programático do Concurso Nacional Unificado 2024 para nível superior, declarada pela ministra Esther Dweck. Esta medida tem sido recebida com grande preocupação por educadores e professores de Língua Portuguesa. A Língua Portuguesa é uma das bases fundamentais do conhecimento e da comunicação, e sua exclusão compromete gravemente a qualidade e a relevância do processo seletivo.

Além disso, a Carta Magna de 1988 estabelece, no artigo 13, que a

Apresentação: 15/03/2024 17:20:13.413 - CE

REQ n.32/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Língua Portuguesa é a língua oficial da República Federativa do Brasil, portanto, ela faz parte dos símbolos da República e da nossa Constituição Federal.

A ministra afirmou publicamente que a Língua Portuguesa estará inserida de maneira transversal na prova, incluída na avaliação discursiva, na interpretação das questões e na análise e no uso formal do Português. Entretanto, é importante que ela saiba que a análise formal do português na parte escrita não substitui a abordagem abrangente e sistemática da disciplina.

É inadmissível que em um concurso de abrangência nacional, como o Concurso Nacional Unificado, a disciplina de Língua Portuguesa seja relegada ao segundo plano. Tal decisão demonstra mais uma vez que este Governo não tem preocupação em promover uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade, mas sim em aparelhar ideologicamente a educação pública, o que tem levado muitos pais a optarem pelo ensino domiciliar.

Portanto, manifestamos nosso veemente repúdio à fala da ministra Esther Dweck e solicitamos que esta Moção de Repúdio seja encaminhada oficialmente como expressão da nossa discordância e desaprovação com sua postura.

Sala de Sessões, em de de 2023.

Deputado CAPITÃO ALDEN

